

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.570 - SP (2020/0037475-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MULTICOLOR TECNOTINTAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**  
**ADVOGADOS : JOÃO LUIZ DA MOTTA - SP088614**  
**EDER LUIZ DELVECHIO JUNIOR - SP216517**  
**JOAQUIM ALVES DE MATTOS - RJ183982**  
**AGRAVADO : GIRASSOL COMERCIO DE TINTAS E PINTURAS TECNICAS**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : LUCIANO DOS SANTOS SANTANA - SP149586**  
**AGRAVADO : QUIMILOIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA - MASSA FALIDA**  
**REPR. POR : NOVALATA BENEFICIAMENTO E COMERCIO DE**  
**EMBALAGENS - EIRELI - ADMINISTRADOR**  
**ADVOGADO : LUIZ PAULO FERRAZ DE ARAUJO - SP126506**  
**INTERES. : JAFFERSON VALLONE POTT**  
**ADVOGADO : EDER LUIZ DELVECHIO JUNIOR E OUTRO(S) - SP216517**  
**INTERES. : MIRIAN DE OLIVEIRA POTT**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MULTICOLOR TECNOTINTAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO PRECEDIDA DE CADTELAR DE STISTA(510 DE PROTESTO DUPLICATA MERCANTIL- CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - INCIDENTE DE FALSIDADE COISA JULGADA - RECURSO IMPROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 966, VI, VIII e §1º do CPC, no que concerne à existência de prova superveniente do erro de fato, trazendo os seguintes argumentos:

Não enfrentou o E. Tribunal "a quo" o mérito, optou pelo caminho do indeferimento da inicial sem observar a prova superveniente erro de fato, e foi exatamente neste sentido que ofendeu aos ditames do artigo 966 do CPC.

Trataria de prova emprestada, o que se admite apenas para argumentar, se a autora houvesse pedido a apreciação de prova produzida

em relação a outras notas fiscais, entretanto, a prova superveniente e o erro de fato decorre de que foi declarada nula a nota fiscal objeto de discussão dos títulos dos presentes autos, existe um claro antagonismo entre sentenças proferidas pela mesma vara, uma em que não se produziu prova pericial uma vez que o juízo de primeiro grau a entendeu como prova inútil e outra que reconheceu a nulidade da mesma nota fiscal apurado em incidente de falsidade.

Ficou demonstrado o erro de fato e a prova superveniente. (fls. 1048).

Dessa forma Nobres Ministros cumpre destacar que, embora, o E. Tribunal "a quo" tenha indeferido a inicial após a instalação do contraditório não analisou o mérito da demanda, e a alegada prova superveniente e erro de fato confunde-se com o mérito. Neste sentido cumpre destacar e fazer o cotejo analítico com o que já decidiu esta C. Corte no sentido de que, aventada matéria de mérito não pode haver o indeferimento da inicial, poderia, ainda que por argumentação, haver a declaração de improcedência da demanda, entretanto, não poderia haver seu indeferimento da inicial da forma como ocorrera. (fls. 1049).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

De pronto, a consideração de que não se vislumbra a ocorrência da hipótese prevista no inciso VI, do artigo 966, do Código de Processo Civil, que se atina a "prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória", tendo em vista que a autora apenas menciona tal preceito para fundamentar o pedido rescisório, entretanto não apresenta as respectivas razões.

De igual modo, não se verifica a existência da hipótese inscrita no inciso VII, do mesmo dispositivo legal ("obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável"), porquanto, na espécie, não há prova nova que dê ensejo ao processamento desta ação rescisória.

Com efeito, "a dicção do inciso VII do art. 485 do CPC induz a que o documento novo apto a aparelhar a ação rescisória há de ser preexistente à decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou impossível de obtenção para utilização no processo e capaz, por si só, de assegurar-lhe pronunciamento favorável" (STJ, AR 3.785/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, j. 12/02/2014), ressaltando-se que "a inteligência do inciso VII do art. 485 do CPC revela que o 'documento novo', apto a ensejar à rescisão do julgado, é aquele que já existia ao tempo da prolação do julgado rescindendo, mas que não foi apresentado em juízo: 1) por não ter o autor da rescisória ciência da sua existência ou 2) por não ter sido possível a juntada, em virtude de motivo estranho a sua vontade.

À luz do citado preceito, extrai-se, ainda, a necessidade da relevância do documento, de forma que se ele tivesse sido juntado aos autos no processo primitivo poderia ter alterado o convencimento do juiz" (STJ, AR 2.928/CE, Rel. Min. Ericson Marinho, j. 25/03/2015), cumprindo anotar ainda que "não configura documento novo, para fins de cabimento da ação rescisória, aquele que a parte deixou de levar a juízo por desídia ou

negligência. Precedentes." (STJ, EDcI no REsp 815.567/RS, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. 04/12/2014).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal consiste na revisão da premissa fática assentada pela Corte de origem quanto à identidade dos elementos caracterizadores da coisa julgada, o que demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, "em sede de recurso especial, não se admite o reexame dos elementos do processo a fim de se apurar a alegada afronta à coisa julgada, em face da incidência da Súmula 7/STJ (AgInt no AREsp n. 784.774/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 13/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl no REsp n. 1.183.633/MS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 9/4/2018; AgInt no AREsp n. 1.152.834/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 18/12/2017; e AgInt no REsp n. 1.635.812/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 27/4/2017.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea "a", que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente